



**A INDUÇÃO MUDIÁTICA DO MEDO NA CIDADE:
IMAGINÁRIO, VISUALIDADE DO PODER E POLÍTICA ¹**

GT15: Comunicação e Cidade

Adriano Miranda Vasconcellos de Jesus ²

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo - PUC-SP - Brasil

Resumo

O presente trabalho propõe uma leitura do medo induzido e fustigado que surge no ambiente comunicativo em que vivem os cidadãos da cidade de São Paulo, e busca indicar vestígios de quando este é recuperado e ordenado espetacularmente pelas mídias de massa. Do ponto de vista empírico é observado o crime organizado no período de 2006 (Ataques PCC) a 2012 (Operação Saturação - Paraisópolis) em São Paulo. Sua atuação nos processos de comunicação, a dissolução do medo na cultura cotidiana destes espaços de conflito e por fim a consolidação da imagem do medo na cidade. Partimos do imaginário das camadas visuais cidade (CASTORIADIS) que se tornam o lugar de formação da imagem que induz o medo e resgatamos na obra de Thomas Hobbes

¹ Artigo apresentado para o **GT- 15, Comunicación y ciudad**, evento componente do XII Congreso Latinoamericano de Investigadores de la Comunicación - Alaic 2014. O presente artigo é fruto da pesquisa "As Estratégias de Poder das Imagens - A Construção Midiática dos Territórios do Medo", desenvolvida para a tese de doutoramento do autor no programa de Comunicação e Semiótica da **PUC-SP** (Pontifícia Universidade Católica de São Paulo), área de Signo e Significação nas Mídias, linha de pesquisa da Cultura e Ambientes Midiáticos. O trabalho está inserido e se referencia no **Grupo de Pesquisa Espacc** (Espaço-Visualidade, Comunicação-Cultura) da PUC-SP certificado pelo CNPQ (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico).

² Graduado em Rádio e TV (FAAP-SP) e bacharel em Direito (UNIRP-SP) mestrado em Comunicação Social (UNIP-SP) e doutorando em Comunicação e Semiótica (PUC-SP), bolsista CAPES. Pesquisador do grupo Espaço, visualidade, comunicação e cultura (ESPACC/ PUCSP-CNPq). Professor de Comunicação social na Universidade Anhembi Morumbi (UAM-SP) e Faculdade Paulus de Tecnologia e comunicação (FAPCOM-SP). E-mail: adriano.miranda@yahoo.com.br



a origem da visualidade política do medo. De tal forma a apresentar a relação da invisibilidade do poder Estatal e a visualidade espetacular do poder pela mídia resultando em um sistema político que visa implantar um território midiático apoiado nas imagens técnicas que a cidade produz.

Tema Central

Território Midiático

Palavras-Chave: Cidade. Medo. Mídia

Introdução

O medo nas cidades

O medo imprimiu sua marca na pauta global dos meios de comunicação, no início dos anos dois mil, como componente das grandes cidades. Mesmo antes do atentado terrorista contra as torres gêmeas em setembro de 2001 em Nova York, o tema "medo nas metrópoles" já provocava uma ressonância de escala global. Na América Latina, os estudos sobre as cidades traziam para a escala local o fenômeno cultural gerado pelo medo. Desta matriz partem temas derivados como a insegurança, violência urbana, imaginário, topofobias, a vida em condomínios fechados, o tráfico de drogas, as favelas e seus processos de governabilidade. As ciências humanas da América Latina trataram a relação "medo e as cidades" nos estudos antropológicos (VERGARA FIGUEROA), de geografia humana (CHUMILLAS), da sociologia cultural (CANCLINI), históricos (DELUMEAU), psicológicos e imaginários. Na Colômbia Jesús Martín-Barbero escreve "La ciudad: entre medios y miedos" consolidando o vínculo do medo com os meios de comunicação. O medo como um tema científico social adquire importância na

Europa após o outono de 2005 com a revolta das periferias francesas gerando uma série de trabalhos (VIALA y VILLEPONTOUX, 2007). No Brasil, especificamente a área de comunicação, o debate científico geralmente posiciona a análise do medo como um tema utilizado na mídia de massa. Porém, nestes últimos dez anos os conflitos sociais (crime organizado, retomada de favelas, operações militares nas cidades, intervenções urbanas em favelas) nos mostra uma complexidade no tema que ultrapassa a mídia e atinge a cidade como um meio comunicativo. A imagem das "favelas" de São Paulo não figura como um cenário, paisagem ou suporte midiático mas se torna a mídia da cidade. Uma imagem que instrumentaliza os modos de percepção do poder Estatal e simultaneamente da ausência deste. A governabilidade da cidade depende, de certa forma, da articulação da imagem com sua visualidade, portanto emerge um caráter político que faz da imagem um dispositivo de poder.

O medo apresenta-se neste contexto como uma dimensão complexa, cuja ambivalência gera um medo derivado dos fatores reais (climáticos, guerras, violência urbana, psicológicos) e um medo induzido e potencializado nas metrópoles globais. O presente trabalho se esforça na compreensão deste medo induzido e fustigado que surge no ambiente comunicativo em que vivem os cidadãos, é recuperado e ordenado espetacularmente pelas mídias de massa, expande-se pelos processos de comunicação e dissolve-se na cultura cotidiana destes espaços de conflito urbano e se plasma como uma imagem da cidade.

O imaginário do medo e a ação induzida

A cultura mitológica grega divinizaram Deimos (o Temor) e Fobos (o Medo) buscando negociar com estas entidades em tempos de guerra. Os romanos possuíam divindades correspondentes como Pallor e Pavor. O medo exerce um poder superior ao do homem, que incapaz de controlá-lo cria crenças por meio do



imaginário. Para Maquiavel governar é fazer acreditar; revelando assim a íntima relação entre poder e o imaginário. Responsável pelas crenças o imaginário utiliza vetores distintos para atuação simbólica.

Gerar imagens para sustentar as esperanças é um investimento do poder político para produzir crenças, uma estratégia da ordem do imaginário com intuito de induzir a ação e portanto ordenar o pensamento do cidadão. O estímulo das crenças do imaginário sedimenta em estruturas típicas do conhecimento através da imaginação. Da imagem extrai os conhecimentos necessários para gerar valores, juízos e julgamentos. Tanto a imaginação quanto o imaginário atuam em uma coletividade que ao buscar sua identidade estabelecem critérios que designam desde os papéis sociais, modelos de comportamentos até atuações no espaço social. Porém o imaginário gera uma representação totalizante da sociedade por uma lente de funcionalidade e ordem onde cada elemento social encontra sua função e lugar de atuação. Emerge assim uma estratégia de dominação simbólica do poder que atua na relação entre os cidadãos, desenvolvendo imagens que estabelecem papéis e estamentos sociais.

No complexo processo de conversão das crenças em conhecimento atuam forças de diversas fontes que oscilam entre a cognição e o sinestésico. Ao tratarmos da coletividade urbana se torna possível a compreensão da conversão do imaginário para a imaginação e vice versa se identificarmos a relação de poder mais recorrente.

O medo é um sentimento que está intrínseco a condição humana desde nosso primeiro estrato social, do mundo natural. Os processos biológicos e naturais do medo se expandem quando ingressam no mundo das significações instituídos pela vida em sociedade. Ao mesmo tempo mecanismo fisiológico de proteção involuntária se torna alvo das significações. Neste sentido transforma o sentimento

natural em um complexo e rico processo social que não irá replicar ou refletir simplesmente o sentimento do medo mas instituirá uma significação própria e autônoma. Assim, subverte o senso comum que o sentimento do medo por sua estrutura mecânica biológica imprimiria a mesma lógica ao ser pensado em um âmbito social. Esse pensamento que cria relações diretas do aspecto biológico busca nas raízes do homem em seu estado natural a explicação dos fenômenos da sociedade atual e assim analisar os efeitos possíveis. Tal pensamento induz a uma forma constante de atuação fenomenológica com efeitos variáveis em uma relação direta de causa e efeito, reduzindo as possibilidades a meros conjuntos de vetores. Restringe a organização da sociedade como apenas um meio de desenvolvimento humano com intenções coerentes entre nossa natureza e nossos atos.

Com isso, durante a construção de nossa ciência moderna, o tema do medo foi tratado em dois eixos: como um sentimento transgressor de nossa natureza biológica e propulsor de vários fenômenos humanos visto por lentes modalizantes e formalizantes, ou como um sentimento de infinitas possibilidades, oscilante e espontâneo, impossível de abrigar em categorias.

Não podemos provar cientificamente como era composto o imaginário do medo nos nossos antepassados históricos e comparar com o atual. Porém, em um esforço lógico podemos supor que sendo o medo uma manifestação humana que tem a intenção de transformar e preservar o homem ele pode também se deixar modificar e moldar conforme os interesses do período. O medo nato do humano se insere na "realidade natural" por isso "é indeterminada num grau essencial para o fazer social" (CASTORIADIS, p.400) e por consequência se torna componente dos mais diversos estágios do pensamento humano, seja social, político, espacial ou cultural. Ao mesmo tempo que esse estado "natural" do medo é indeterminado ele resiste como um componente relevante do fazer social. Essa camada de apoio



do "medo natural" se torna opaca e desaparece quando as imagens substituem de forma irreparável a "realidade". O cotidiano urbano, na visualidade da cidade, fabrica essas imagens do medo em instâncias concretas onde o imaginado se torna instituído por entidades, instituições, objetos e papéis sociais.

A materialização do medo na formação da significação imaginária da sociedade não pode ser observada como mera significação geral sem origem e lastro histórico social. O medo produz seus efeitos e significações sociais quando se insere nas relações sociais e políticas que envolvem o pensamento da formação das cidades. E conforme o processo urbanístico engloba e transforma o apoio que utiliza do medo natural mais se distancia de seu conceito original.

As relações deste cidadão e a cidade geram transformações e formações sociais derivadas onde percebemos: os fluxos e trajetos recorrentes da manifestação do poder, a regularidade e interstícios dos fenômenos, a junção e disjunção de significações, a resistência e a maleabilidade dos conceitos derivados e a superação ou regressão de códigos utilizados.

Pesquisar as camadas inferiores da cidade é a busca arqueológica dos elementos que "presentificam" e materializam o medo. E este é o lugar de formação da imagem que induz o medo nas cidades. O que há por trás das imagens dos muros e portões que separam o território inóspito do civilizado, a abertura de vias, eliminação de áreas de errância. Essas não são imagens neutras, possuem uma carga simbólica interna, em uma camada inferior que ao observarmos nos podem revelar as estratégias visuais que envolvem a cidade e alteram a forma de pensar dos cidadãos.



A origem da visualidade política do medo

O medo seria o nome do elemento oculto, do terceiro na relação entre poder e cidade? Se faz necessário então entender porque esses elementos imprimem nesta relação social uma angústia cultural que motiva os cidadãos das cidades a preencher seu cotidiano de garantias e confortos individuais. Destaca-se um posicionamento político para o tema do medo, utilizado como contraponto da esperança e da segurança social urbana. Para tal, estes discursos arbitrariamente nominam, categorizam e cartografam os medos na cidade. Utilizam elementos semelhantes a narrativa midiática (imagens, mapas, dramas individuais) para provocar uma expressão política persuasiva nas decisões do poder executivo. Simultaneamente a mídia absorve a responsabilidade e o poder de comunicar os medos coletivos, recuperam sentimentos expressos na cidade e citam sem aspas a realidade. Assim, o contrato entre cidadão e Estado busca utopicamente uma simetria das partes na crença de uma governabilidade e um controle efetivo. Essa convergência de ambivalentes discursos dissuasivos e os meios de comunicação de massa sustentam a atual política da segurança pública do Ocidente porém tem origens na base do pensamento político do século XVII e XVIII.

No segundo capítulo da obra "Leviatã ou Matéria, Forma e Poder de um Estado Eclesiástico e Civil" o filósofo inglês Thomas Hobbes dedica-se inicialmente ao entendimento dos procedimentos da imaginação, uma empreitada audaciosa que revela uma tentativa de colonizar o território invisível dos sentimentos. Compreender o pensamento hobbesiano sugere um percurso que parte da natureza humana, atinge o medo e repercute na sua ciência política. Todos os fenômenos observados por Thomas Hobbes têm como princípio o movimento que afeta os corpos e se apresenta em duas ordens: naturais e políticas, podendo se originar no ou pelo movimento.

Hobbes sustenta que há um ponto de apoio, em algum lugar, com determinada importância e com flexibilidade para ser fracionada conforme os interesses. A visão antecede o imaginário social de Cornelius Castoriadis (1982) porém assemelha-se na pretensão de encontrar o aspecto que modela e conduz o pensamento humano. Hobbes por sua vez sugere um lugar de concepção deste imaginário com as mesmas leis naturais, temporais e espaciais da realidade. Este território base do impulso imaginativo seria de uma lógica identitária, porém com certa autonomia de atuação e simultaneidade com a realidade.

Neste sentido, Hobbes apresenta a imaginação como a incubadora da relação de poder. Sendo o homem o protagonista político, a imaginação se torna a base instrumental para fazer emergir os conceitos, aceitações, cessões e concessões para um Estado absoluto. Mesmo sabendo que há um território imaginativo em constante movimento compreende-se que há um eixo duro que estabiliza a imaginação, ordena o pensamento e cria sedimentações que posteriormente geram o conhecimento. O elemento externo quando atinge o homem ressoa de tal forma em seu interior, gerando imagens persuasivas capaz de alterar sua forma de pensar e de viver. Esse movimento adquire um caráter político quando esse indivíduo compõe o quadro social e suas ações outorgam o poder ao seu soberano. Assim, conforme o pensamento de Thomas Hobbes o homem não fica passivo ou inerte às imagens e experiências, tudo absorve em sua bagagem, porém será ordenado caso um forte sentimento ou uma paixão o conduza a um interesse e é nessa ação que acontece a manifestação inicial do poder.

Thomas Hobbes ao considerar a forte relação entre política e medo na governabilidade dos temores cria um ponto de partida para a estruturação do pensamento que foi amplamente discutido e se tornou um dos alicerces da ciência social e política impactando os filósofos modernos após a publicação de seu

trabalho. A manifestação autêntica e legítima do poder é articulada na visibilidade e invisibilidade.

"O medo dos poderes invisíveis, inventados feio espírito ou imaginados a partir de relatos publicamente permitidos, chame-se religião; quando esses não são permitidos, chama-se superstição. Quando o poder imaginado é realmente como o imaginamos, chama-se verdadeira religião." (HOBBS, 1974, p.25)

"Este medo das coisas invisíveis é a semente natural daquilo a que cada um em si mesmo chama religião, e naqueles que veneram e temem esse poder de maneira diferente da sua, superstição." (HOBBS, 1974, p.40)

A legitimidade do poder que possui uma semelhança com o poder imaginado expressa sua intenção em inserir a religião como manifestação máxima deste poder. Por outro lado o imaginário e as superstições derivadas se manifestam como poder porém ilegítimos para utilizar na governabilidade. Ou seja, ambos poderes utilizam o imaginário porém se distinguem pelo vínculo natural do homem. Onde a religião segundo Hobbes tem como ponto de apoio de suas estruturas imaginárias elementos comuns dos homens, sua natureza e a realidade biológica. Por outro lado a superstição seria um aplique onde seu imaginário não teria nenhum ponto de apoio relevante e assim ilegítimos para a governabilidade. A religião, nos termos de Hobbes supera a ordem metafísica e incide sobre a legislação e as formas de governo, um verdadeiro arcabouço ético e moral onde todas as decisões devem seguir e obedecer seus princípios. As leis da natureza são citadas na obra de Hobbes como a justiça, a equidade, a piedade e a alteridade.

A administração pública teria como encargo a gestão dos conflitos e ameaças se fundamentando nos princípios dos direitos difusos dos indivíduos, afastando quaisquer decisão sem lastro, ou baseada nas crenças supersticiosas. O medo coletivo por sua vez é interpretado por duas categorias, se a origem for elementos do universo fantástico e irreal a administração tenderia a esclarecer sob a ótica racionalista.

A referência visual encontrada na obra "Leviatã", mais do que um discurso metafórico, Hobbes cria uma imagem que permite uma grande força retórica e repercussiva ao seu trabalho.

Thomas Hobbes pode ser considerado revolucionário ao inserir o medo em uma análise da visualidade e política, superando ao conceito abstrato de covardia. Sua forma literária possui apelos visuais inspirado na tradição da narrativa bíblica. Utiliza figuras de retórica que evocam imagens e sustentam sua teoria. Ao tratar do medo como fonte propulsora da vida civilizada imprime uma razão visual ao sentimento abstrato. Ao defender um Estado eclesiástico considera a visualidade a mantenedora da sociedade, das garantias legais, da segurança e da paz. Neste período, a visualidade manifesta-se como produto de uma razão comunicativa que possui uma dimensão além da imagem visível, com amplas capacidades interativas que se inserem no cotidiano e provocam efeitos sociais.

O filósofo racionalista Espinosa ao imaginar, em sua obra "Tratado Político", uma cidade baseada e governada pelo medo, sem esperança e sem nenhuma mediação política, afirma que deixa de ser sociedade e se torna solidão e barbárie. Uma cidade na lógica da escravidão, onde uma ameaça ronda as pessoas e o medo tende a paralisar a dinâmica produtiva.

(...) "em um Estado com cidadãos livres a esperança é maior que o medo, e se eles vivem em harmonia é por causa deste sentimento que trás segurança. Diferentemente de um Estado em que os homens, que nem mesmo são cidadãos, dominados pelo inimigo, obedecem pelo temor e assim buscam apenas a sobrevivência" (ESPINOSA, Cap. IV, 1979).

Se criarmos um paralelo às preocupações de Hobbes, a anarquia é a pior condição em que os homens podem acabar: é a dissolução, a destruição, a guerra, ou seja, o retorno ao estado de natureza. O poder absolutista sem limites será objeto de crítica na visão política de Montesquieu, em "O Espírito das Leis" o medo terá outra interpretação, ao retomar à clássica divisão de formas de governo: a república, a monarquia e o despotismo. Ele distingue pela sua natureza e por seu princípio. A república oriunda da virtude cívica, a monarquia pela honra e pelo cunho aristocrático e o despotismo fundado pelo medo. O uso, aqui, é um jogo estratégico que, em sua operação, distorcia uma visão científica meramente racionalista de Thomas Hobbes.

Jacques Rancière, filósofo francês, acredita em uma modificação no regime de percepção e da ideia de ameaça que seria uma alteração da própria relação entre racionalidade e irracionalidade. Atribui um papel político nesta construção ficcional do medo que seria a invenção política da democracia "um governo paradoxal que não está baseado em nenhuma reverência a uma superioridade, em nenhuma reverência a uma superioridade, em nenhuma diferença de natureza entre governante e governado" (RANCIÈRE, 2007). O paradoxo está presente quando a própria ausência de superioridade sustenta a legitimidade do governo. Se buscarmos na Política de Aristóteles encontramos a afirmação de que aquele que estiver fora da cidade é um monstro ou um deus. A reflexão de Rancière propõe



uma leitura do contrário onde "a política é a eliminação do deus e do monstro, daquele que aterroriza porque ele ou é mais ou menos do que o homem" (RANCIÈRE, 2007). Coerente com Hobbes, o regime da ameaça permanente e a renúncia dos direitos naturais em benefício de um governo é o oposto do temor supersticioso, das tradições orais e fantasiosas e esse é o princípio racionalista contra o temor ficcional.

No momento em que a informação e a mediação promovem euforia da participação de um momento e de um espaço, o sentido escapa e a vida cotidiana apresenta espetacularmente o que tem de simulação. Torna-se indissociável a participação derivada do frenético impacto midiático do sentido de pertencimento de comunidade.

A imagem do "monstro" exposto no meio midiático figura como o estrangeiro do território da cidade, dita formal, ataca com violência, executa crimes, comete barbáries e atenta contra os valores estruturados da cidade. Assim, a palavra "terror" quando surge nos noticiários ou nas tramas ficcionais, em qualquer meio midiático, oculta sentidos que vão além de um conjunto de atos e ameaças efetivas. Por outro lado, as imagens que acompanham a palavra "terror" agem em uma retórica hobbesiana para deter a violência ou a destruição, criando uma visualidade que legitima um poder a mídia. O controle da visualidade do "terror" que a princípio deve ser do Estado ao ser outorgada tacitamente à mídia gera uma angústia na essência da formação da comunidade e da experiência subjetiva de morar em uma cidade midiaticizada.

A invisibilidade do poder Estatal e a visualidade do poder pela mídia

Em recente obra publicada pela Cambridge University Press "The Cambridge Companion to Hobbes's Leviathan" (2007), um artigo do historiador, filósofo e



arqueólogo Horst Bredekamp analisa Thomas Hobbes como um estrategista visual. O evidente poder das imagens para Hobbes emerge em todo o seu trabalho na obra *Leviatã*.

"But the examples provided by recent history are distinctly different from Hobbes's picture-theory of politics, in seeking to fulfill their mission of awe through destruction. For Hobbes, images achieve their political function not through acts of iconoclasm or image-producing human sacrifice but rather by deterring destruction. Through the 'terror' of their pictorial power, they support those authorities that are in a position to punish destruction." (BREDEKAMP, 2007, p.29)

No texto de Hobbes a expressão "temor" se torna mais evidente sobre o papel do medo e o aspecto visível: "quando não há poder visível para mantê-los no temor" (HOBBS, 1974, p.59). O termo "temor" é utilizado de forma mais ampla que mero respeito ou obediência. Inclui uma previsão angustiante, medrosa e visual do que poderia acontecer. A obra de Hobbes sustenta que a imagem em períodos decisivos de conflitos históricos assume um papel político pois projeta aos envolvidos uma situação de temor que detêm a destruição ou combates mais violentos. O poder de antecipar e visualizar situações inimagináveis causam um forte efeito na forma de pensar dos envolvidos.

Se pensarmos no *Leviatã* como uma estratégia política de visualidade do Estado contemporâneo percebemos que a principal ferramenta de governabilidade e controle do Estado não está no excesso de visibilidade de sua atuação mas na ausência da visualidade do *Leviatã* hobbesiano. A atuação do Estado como mero prestador de serviços demandados pelos cidadãos gera a imagem de um Estado fraco e sem controle, consecutivamente torna opaca a visualidade do poder do

Estado. A legitimidade do poder de controle do Estado se vincula a visualidade do medo, ou seja o temor dos castigos que poderão ser impostos caso haja o descumprimento dos contratos estabelecidos entre cidadãos e o Estado. A conservação do Estado gera uma obediência civil por meio de uma forte visualidade de seu poder de castigo e punição. Desta forma a máquina do Estado deve manter consigo esse direito e não terceirizar ou deixar ser apropriado por outras formas de poder. No jogo entre a visibilidade de seus serviços e a visualidade de seu poder coercitivo constrói a imagem estatal capaz de gerar um forte grau de aderência da população ou repulsão pela austeridade. No episódio que iremos analisar a seguir se percebe a tensão entre a fragilidade da imagem do Estado em detrimento de um controle na visualidade do poder pelas mídias de massa demonstrando a relevância da imagem da cidade como mídia de articulação política.

Operação Saturação (São Paulo, 2012)

Em 12 de maio de 2006, o estado de São Paulo enfrentou a maior série de atos violentos contra a força policial. Naquela data, a repercussão dos ataques foi amplamente divulgada na mídia nacional. Evidenciou uma falta de informação e inteligência do governo de São Paulo diante dos boatos gerados por toda a parte. A imprensa noticiava um pânico geral e um clima de terrorismo foi implantado na cidade de São Paulo. Uma junção de diferentes acontecimentos nem todos ligados aos ataques foram ordenados para causar um impacto social e um temor generalizado. O ataque da mídia foi contra o então governador de São Paulo Cláudio Lembo pela demora na resposta e a falta de instrumentalização para gerenciamento da crise. Foram registrados na época 251 ataques que incluíram rebeliões em 73 presídios, Centro de Detenção Provisória e 9 cadeias públicas na capital. O marco midiático daquele evento foi o incêndio de mais de 90 ônibus, 51 na capital de São Paulo. Os ataques não seguiam uma lógica de combate



tradicional, utilizavam aspectos espontâneos que deveriam surpreender o pensamento policial. Bombas caseiras, granadas e metralhadoras foram utilizadas para atingir bases da polícia civil e militar, as sedes da guarda municipal de São Paulo, famílias de policiais. Tanto a mídia quanto a força policial estava diante de um novo acontecimento que em sua imprevisibilidade e natureza espetacular exigia uma reação a altura que apenas a mídia de massa (televisiva, impressa e radiofônica) estaria preparada. Para o comando do crime organizado não era apenas para abater o inimigo, mas marcar os locais com um código de ataque inimigo, marcas de tiro, instalações queimadas eram imagens rapidamente divulgadas com efeito moral maior que seu impacto bélico. Neste momento percebe-se um novo território de combate na cidade: o território simbólico das imagens que a própria cidade produz.

O marco midiático deste episódio de 2006 foi o sequestro, no dia 13 de agosto, de um repórter e um auxiliar técnico da Rede Globo de Televisão. Os sequestradores exigiram a exibição de um DVD no Jornal Nacional. O vídeo apresentava dois sujeitos mascarados, identificados com a marca do PCC ao fundo. No discurso em tom exaltado pretendia revelar à sociedade as más condições do sistema carcerário e exigia atenuante de pena aos criminosos ligado ao grupo.

O episódio foi marcado pela falta de articulação midiática. O telejornalismo após o período crítico optou por neutralizar as repercussões quanto ao tema e abafar o caso. Houve um silêncio a respeito do PCC e de sua trajetória entrelaçada às estruturas de poder do sistema carcerário e das polícias paulistas. O nome PCC foi retirado da pauta de várias reportagens, como por exemplo no caso Rede Globo no conflito entre o PCC e a ROTA no final de 2012.



Frente Midiática de Ocupação

Uma intensa teia midiática cobriu os fatos, atentados do grupo durante os 20 anos de sua atuação criando um acordo tácito onde as partes estabelecem uma mútua desconfiança e medo. Não se trata de falar de polaridades legítimas ou ilegítimas de poder, pois tanto o grupo criminoso organizado, como a mídia possuem uma lógica de poder paralelo, de instituição em prol de uma classe e utilizam estratégias como em um tabuleiro de xadrez. Desde o Massacre do Carandiru, todos os discursos sobre segurança pública foram superados pelo crescimento e sofisticação do PCC gerando uma imagem midiaticizada de descontrole das polícias e, como consequência, aumentando a aprovação popular de atitudes operacionais mais contundentes contra o crime organizado.

Durante o ano de 2011 diversos acontecimentos entre a ROTA e o crime organizado geraram uma série de revides que resultaram em aumento no número de homicídios na cidade e no estado de São Paulo depois de anos em queda. Na capital, o número de homicídios dolosos havia chegado a 52,58 por 100 mil habitantes em 1999. Desde 2002 o índice declinou rapidamente, de tal maneira que baixou para 8,95 em 2011, menos de metade da taxa média brasileira (21 por 100 mil em 2010), mas ainda muito alta diante de outros índices – Ásia (3,1), Europa (3,5) e Oceania (2,9); taxas médias mais recentes, segundo a ONU. Em 2012 a média até outubro era de 11,2 homicídios dolosos por 100 mil habitantes.

A operação Saturação foi iniciada no dia 29 de outubro de 2012 na favela de Paraisópolis, São Paulo. Essa é a segunda maior favela de São Paulo, com mais de 100 mil habitantes e cerca de 20 mil domicílios. Em 2005, a região começou a passar por um processo de urbanização e regularização de imóveis. Nos anos seguintes, a favela começou a fazer limites com condomínios de luxo como Jardim



Vitória Régia, Paço dos Reis e Portal do Morumbi, impulsionando a especulação imobiliária do local.

A favela tem uma localização privilegiada na cidade de São Paulo, sua malha original é organizada e, de certa forma, reflete o comportamento dos cidadãos que moram no local. A média de furtos está abaixo daquela das demais regiões com as mesmas condições. Não se situa como rota de traficantes ou base do narcotráfico. Devido a essas qualidades, o local sempre contou com iniciativas privadas como, por exemplo, duas unidades de atendimento infantil do hospital Albert Einstein, cuidando de 8 mil crianças, a um custo de R\$ 12 milhões por ano. Em uma dessas unidades, o hospital tem uma escola de educação informal, que ensina nutrição para as mães, higiene para as crianças, teatro, prevenção de gravidez para adolescentes. Os colégios Porto Seguro, Pio 12, Santo Américo, a Graded School (que construiu e montou a biblioteca), a Porto Seguro Seguradora e a fabricante italiana de computadores Arce também ajudam a favela.

Na Operação Saturação mais de 500 policiais do Batalhão de Choque e do 16º Batalhão de Polícia Militar participam da operação que conta ainda com o auxílio de 100 carros, dois caminhões, 28 motocicletas da Rocam (Rondas Ostensivas com Apoio de Motocicletas), oito cães e 60 cavalos, além do helicóptero Águia da PM. E o resultado: 17 adolescentes foram detidos e 28 foragidos da Justiça foram capturados. A polícia ainda apreendeu 22 armas ilegais, uma granada, quatro bombas, 461 munições de diversos calibres, 59,9 kg de cocaína, 344,4 kg de maconha, 1 kg de crack e 1.043 drogas sintéticas. Na relação entre a força operacional deslocada e os resultados percebe-se que tratou de uma operação com mais força midiática que efetivo combate ao crime.

Dias após a operação Saturação a Favela de Paraisópolis foi ocupada midiaticamente por quase a totalidade de programas de telejornalismo e



entretenimento da televisão. Um volume de imagens que auxilio os futuros debates políticos e a forma de gestão da imagem do poder na cidade de São Paulo. Evita-se falar a palavra favela para Paraisópolis e o recente bairro responde com a abertura de agência bancária, salões de beleza, comércio de roupas, restaurantes, padarias, lojas de serviços eletrônicos, revenda de celulares, concessionária de automóveis entre outras formas de mimese da cidade formal. Com isso a imagem de Paraisópolis se torna mídia e interfere na visualidade de São Paulo. Ao mesmo tempo que as ruas de Paraisópolis repete as imagens da São Paulo ordenada ela tenta sincronizar sua lógica funcional. Porém junto com a imagem que busca repetir vem o medo induzido midiaticamente. Se instaura em Paraisópolis o medo de ter sua "casa" invadida (policiais ou criminosos), o medo de perder os projetos sociais, o medo com a chegada do Monotrilho, o medo de furto no comércio local entre outros. As casas instalam portões, sistemas de vigilância e alarmes ao passo que constroem sacadas para as ruas de comércio, funcionalizando a visualidade do bairro que se instala.

Considerações Finais

Diante destes acontecimentos da cidade a realidade das imagens técnicas pode ser considerada como um indicador de que o sistema que visa implantar um território midiático, apoiado nas visualidades da cidade como um meio comunicativo é consistente. Demonstrando a eficácia da visibilidade das imagens técnicas. Por outro lado, demonstra que as pesquisas de percepção social³ que embasam projetos de leis e ações sociais não captam a dinâmica destes territórios e os sistemas de vetores que emergem neles.

³ Sistema de Indicadores de Percepção Social (SIPS) é uma série de estudos do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) iniciado em 2010 de frequência anual.



Os espaços públicos e privados a partir dessa camada midiática incidente imprime no imaginário dos cidadãos novos usos, inusitadas formas de habitar e uma cambiante experiência urbana. Com isso o desafio do Estado está em atuar politicamente neste território midiático, onde deve rever suas formas de governabilidade e ordenação de ação. As manifestações derivadas deste medo induzido midiaticamente revela uma sociedade em transformação. Os moradores da cidade tem suas crenças e desejos contaminados prioritariamente pelos meios comunicativos. "Vivemos com imagens e entendemos o mundo por imagens" (BELTING, p.14, 2009), com isso o medo se torna um elemento político relevante da imagem da cidade ao passo que constitui a imagem interiorizada pelo próprio indivíduo.



REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Beltin, Hans. (2009). *Antropologia de la imagem*. Buenos Aires: Katz Editores.
- Bredenkamp, H. (2007). *Thomas Hobbes' Visual Strategies. The Cambridge Companion to Hobbes' Leviathan*, Editado por Patricia Springborg. Cambridge: University of Cambridge.
- Castoriadis, C. (1982). *A instituição imaginária da sociedade*. São Paulo: Paz e terra.
- Espinosa, B. (1979) *Ética*. Chauí, M. de S., et. al.. (trads.). São Paulo: Abril Cultural.
- Hobbes, T. (1974). *Leviatã ou matéria, forma e poder de um estado eclesiástico e civil*. Monteiro, J. P., & da Silva, M. B. N. da. (trads.) São Paulo: Abril Cultural.
- Martín-Barbero, J. (1998). Comunicação e Cidade: entre meios e medos. *Revista Novos Olhares, Grupo de Estudos sobre Práticas de Recepção e produtos midiáticos*. São Paulo: ECA - USP, edição 01.
- Martín-Barbero, J. (2000). La ciudad: entre medios y miedos. En: Rotker, S (org.). *Ciudadanías del miedo*. Caracas: Nueva Sociedad.
- Maquiavel, N. (2012). *O Príncipe*. São Paulo: Cia das Letras.
- Montesquieu (Charles de Secondat). (1973). *Do espírito das Leis*. São Paulo: Abril Cultural.



- Skinner, Q. (1996). *Reason and Rhetoric in the Philosophy of Hobbes*.
Cambridge.
- Rancière, J. (2007). *Do medo ao terror. Ensaio sobre o medo*. São Paulo:
Editora Senac.